



ATA Nº 15

28 de fevereiro de 2020

Local

FÓRUM CULTURAL DA CHASA

ATA Nº 15

ep
re
Fátima Neves

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu em sessão extraordinária, no Fórum Cultural da Chasa, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina e secretariada pela eleita Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo, primeira secretária, e a eleita Maria Fernanda Neves Dias Comenda, segunda secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo
Maria Fernanda Neves Dias Comenda

BANCADA CDU

Maria Fernanda Gomes
António Maria Barreto Anastácio
João de Almeida Mendes
António Augusto Marques Sequeira
António Carlos Fernandes Fonseca Dias

BANCADA PS

Rita Merenda
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa Santos
João Pedro Pinto Baião
António Espada Pereira
Joana Isabel de Araújo Freitas Simões
Luciana Maria Maia Nelas
Luis Nuno Monteiro Carvalho

BANCADA BE

João Alexandre Pires Fernandes
Rita Margarida Oliveira Aleixo

BANCADA CM

Pedro Manuel Silva Alves

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves

Fernando Manuel da Encarnação dos Santos Caio

José Carlos Godinho Romão

Carla Alexandra Rebocho Tavares

Joaquim José Cunha Carreira

Vitor Manuel Guterres Torres

EP
NE
ffaitz@unicef.org

A Senhora Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, passando a informar das substituições, referindo que na bancada da CDU, o eleito João Arcadinho tinha sido substituído pelo eleito António Anastácio.

Da bancada do PS, informou das substituições dos eleitos José Chumbo e Isabel Santos, pelos eleitos António Espada Pereira e Rita Merenda, respetivamente.

Seguidamente, deu início à sessão de trabalhos, passando ao primeiro e único ponto da Ordem do Dia, **Proposta de Alteração ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo – Aprovação.**

Deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para apresentação do ponto.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que cumprimentou todos os presentes, passando a informar que este ponto vinha na sequência do que tinha sido o entendimento de todos na última Assembleia, de retirar o ponto e voltar a trazer o mesmo para discussão.

Mais disse que tinha havido um consenso entre o Executivo e todas as bancadas, todos os contributos dados pelas mesmas tinham sido incorporados no documento, fazendo referência também a um ponto enviado pela bancada do PS.

Agradeceu a participação e a disponibilidade de todos, dizendo ainda que o documento agora apresentado estava bastante valorizado, havia clareza e transparência no processo de apoio ao Movimento Associativo honrando também assim o mesmo.

Terminou dizendo estar disponível para alguma questão que pretendessem colocar.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que iria dar a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra a eleita Joana Simões da bancada do PS que, após cumprimentar todos os presentes, disse pretender fazer uma referência ao ponto, pois este era um documento muito diferente do original, que tinha mais qualidade e tinha sido pensado e trabalhado para melhor servir o Movimento Associativo e a todos que dele faziam parte.

Referiu ter sido da maior importância a criação da Comissão de Desporto e Cultura e salientou também a importância do contributo contínuo dado pela bancada do PS no desenvolvimento e concretização de todo este processo.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que, após cumprimentar os presentes, disse ter uma referência a fazer em termos de futuro, no sentido do Executivo aquando da avaliação das propostas e execução do regulamento, fizesse o registo em termos das metodologias que viesse a aplicar na avaliação dos critérios enunciados no documento, e desse conhecimento dos mesmos à Assembleia, no sentido de futuramente alguma situação poder vir a ser otimizada visto aquele não ser um documento fechado podendo sempre vir a ser melhorado.

ep
ME
H. J. Almeida

Usou da palavra o eleito João Fernandes da bancada do BE que, após cumprimentar os presentes, começou por dizer que já no decorrer deste mandato tinha havido outra aprovação deste Regulamento e que era um fator importante o mesmo ter estado em prática e vir novamente para aprovação depois de ter sido trabalhado e melhorado continuamente.

Mais disse que já em dois mil e dezassete referira que a Junta deveria trabalhar em conjunto com todas as Forças Vivas em prol do desenvolvimento e para o bem comum, e que o apoio a ser dado ao Movimento Associativo deveria ter regras claras por um lado e também ser justo por outro com o fim de vir a melhorar a qualidade de vida dos Fregueses.

Sobre o Regulamento agora apresentado disse estarem asseguradas as questões essenciais, mais justiça e melhor clareza nas regras a aplicar aos apoios ao Movimento Associativo, dizendo também que um documento nunca era perfeito, mas que se estava no bom sentido, tendo este documento a aprovação do BE.

Usou da palavra o eleito Pedro Alves da bancada da CM, que após cumprimentar todos os presentes disse que a sua bancada nada tinha a acrescentar ao documento proposto e que desde que um Regulamento tivesse clareza e promovesse a transparência e eficiência no apoio ao Movimento Associativo, tinha sempre o apoio da CM.

Mais disse e não querendo ser repetitivo que o Regulamento agora apresentado poderia sempre vir a ser trabalhado e melhorado e que a intenção de voto da sua bancada iria ser favorável face à proposta apresentada.

Usou da palavra o eleito António Sequeira da bancada da CDU, dizendo que este era um documento melhor e agradecia a contribuição dada por todos os outros eleitos para a melhoria do mesmo, congratulando-se por esse facto e dizendo também ter alguma pena que nem sempre assim o fosse.

Mais disse que quer nesta matéria quer em outras, desde que os contributos trouxessem melhoria para a qualidade de vida dos Cidadãos e melhoria para a Cidade seriam sempre bem-vindos e que o voto da bancada da CDU era favorável.

Não havendo mais intervenções das bancadas, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta salientando ter sido o contributo de todos e que tinham sido todas as bancadas a contribuírem para a melhoria do documento, agradecendo assim a todos pelo trabalho realizado.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto, tendo sido o mesmo **aprovado por unanimidade com dezanove votos a favor.**

Seguidamente disse que iria dar a palavra ao público pela respetiva ordem de inscrição, dando os parabéns a todos pelo excelente trabalho realizado.

Usou da palavra o Senhor **Cláudio Alexandre Pereira Lotra**, que cumprimentou os presentes passando a dizer que o primeiro assunto que trazia já o tinha feito também em outra Assembleia e tinha a ver com o acidente ocorrido em julho de dois mil e dezanove, na EN 10 junto ao Sol Nascente.

Mais disse nesta ocorrência ter sido destruída uma parte da vedação que ao ser projetada danificou três veículos estacionados no local, sendo um deles a sua viatura.

Informou ter sido um processo demorado e nada fácil, mas que por fim tinha sido resolvido entre as companhias de seguros, tendo sido assumida a reparação dos veículos danificados, pelo que a pergunta que fazia ao Senhor Presidente da Junta era no sentido de saber relativamente à vedação, se a Junta já tinha sido reembolsada desse prejuízo para que a mesma pudesse ser reposta pois fazia falta, sendo um resguardo para quem ali passava a pé.

ep
me
J. A. Barros

O segundo assunto que trazia disse que era sobre a colocação de equipamentos para depósito de dejetos caninos, pois ao ter procurado informação no site, nada encontrou, não tendo visto qualquer protocolo e segundo informação dada pelo Senhor Presidente da Junta, tinha sido assinado um protocolo com a Empresa que colocara estes equipamentos, sendo a Junta compensada com uma parte das receitas publicitárias feitas nos mesmos, agradecendo assim alguma informação sobre este assunto.

Mais disse que sobre os locais da colocação dos equipamentos, pretendia saber se a Junta tinha tido alguma palavra a dar sobre o assunto, pois em alguns casos tinha sido manifestamente infeliz a escolha dos locais, referindo os equipamentos colocados frente ao Moinho de Água, junto ao parque infantil da Rua 5 de Outubro e junto ao portão da Fundação CEBI, situações que no seu entender deveriam ser repensadas.

Sobre a parte da receita publicitária dos equipamentos, disse ter procurado na tabela de taxas e não ter verificado qualquer item para encaixe dessas verbas, deixando também essa pergunta ao Senhor Presidente da Junta.

Usou da palavra o Senhor **Rui Dionísio**, que cumprimentou todos os presentes, passando a dizer que era o Diretor Artístico da Companhia Cegada Grupo de Teatro e tinha também consigo Eduardo Oliveira, diretor financeiro e Vladimir Cruz, diretor técnico de conteúdos.

Referiu que a sua presença nesta Assembleia era primeiramente para agradecer de viva voz à Assembleia de Freguesia, pela Moção contra o encerramento do Teatro Estúdio Ildefonso Valério, apresentada na Assembleia de dia doze de dezembro de dois mil e dezanove e que tinha sido aprovada por unanimidade.

Mais disse ter feito chegar à Junta de Freguesia um comunicado sobre a grave situação que se estava a passar no Teatro Estúdio Ildefonso Valério e que os elementos do Grupo Cegada estavam disponíveis caso algum eleito pretendesse mais informação ou consultar alguma documentação, poderiam sempre contactá-los para o fazer.

Informou da reunião que tinham tido com a Senhora Ministra da Cultura devido ao Grupo Cegada ter sido excluído do Concurso “ Programa de Apoio Sustentado 2020-2021“, tendo a mesma referido que o facto do Teatro Estúdio Ildefonso Valério não estar legalizado, era uma situação grave que punha em questão o financiamento por parte da Direção Geral das Artes.

Mais disse que era necessário o terreno em causa ser devidamente registado e havia todo um processo legal a ser regularizado a nível de Administração Pública ao qual o Cegada era alheio, referindo também que ao longo dos anos, a Junta sempre se assumiu como proprietária do edifício, mas na realidade nada estava legalmente registado e até à data nenhum Executivo tinha mostrado vontade de regulamentar aquele edifício ou listá-lo no seu inventário.

Pedia assim que aquele edifício passasse para a Câmara Municipal, unicamente pelo facto de ser a Entidade que mais condições reunia a nível técnico e humano para todos os procedimentos que iriam ser necessários seguir, condições que a Junta não tinha e que esta era uma oportunidade única para resolver esta situação e voltar a pôr um teatro a funcionar e já implementado a nível Nacional, deixando assim o apelo.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para resposta ao público.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo ao Sr. Cláudio Lotra que a Junta tinha feito a participação à Companhia de Seguros e só recentemente tinha recebido a confirmação de que iriam fazer o pagamento da indemnização. Mais informou que assim que a verba fosse rececionada iria dar seguimento aos trabalhos e teria também de ser verificado se iria ter algum impacto na requalificação que estava prevista na EN 10.

Sobre a questão colocada da taxa da receita publicitária dos equipamentos para colocação de dejetos caninos não constar na tabela de taxas, disse o mesmo ter razão e informou que se deveu ao facto de no Protocolo assinado entre a Junta de Freguesia, o Empreendedor e a Associação Protetora dos Animais, ter ficado previsto um período inicial de isenção, daí não ter sido para já incluído na referida tabela.

Agradeceu o alerta que deixou sobre o facto de não estarem disponíveis para consulta quaisquer Protocolos, situação que iria verificar e solicitar aos serviços que procedessem à respetiva regularização. Relativamente à pergunta colocada sobre os locais de escolha para a colocação dos equipamentos, informou que tinham sido todos equacionados entre a Junta e a Entidade Promotora e que foi tido em conta os locais onde houvesse mais preponderância na passagem de animais e que também tivesse alguma visibilidade.

Sobre a possibilidade que tinha referido de deslocalizar o equipamento colocado frente ao Moinho de Água para espaço junto à ilha ecológica, referiu não estar equacionado, pois funcionava naquela área o Mercado Municipal e também um espaço de restauração, pelo que nem a ilha ecológica ali devia ter sido colocada.

Terminou dizendo que tinham sido equacionados entre a Junta e o Promotor, os locais mais apropriados para conciliação de todas as partes.

Em resposta ao Senhor Rui Dionísio, iniciou dando as boas vindas ao Cegada, dizendo também que as questões colocadas já tinham sido debatidas por diversas vezes e que o Teatro Estúdio Ildefonso Valério era da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

Informou que o edifício tinha sido construído com base numa deliberação da Junta que autorizou a SFRA a fazer ali a sua sede temporária, tendo referido que sendo aquele um espaço de domínio público tinha tido a anuência da Câmara Municipal, pois caso contrário a obra teria sido embargada e não o foi.

Mais disse que posteriormente a Junta pagou à SFRA uma determinada verba como compensação para voltar a ter a posse daquele espaço, não estando efetivamente o mesmo referenciado como um espaço público de teatro, situação que no passado não foi tratada e que teria de ser regularizada.

Referiu que aquele era um espaço do Movimento Associativo, devendo ser privilegiado não só por ali estar o Teatro Estúdio Ildefonso Valério, mas também por todas as outras Entidades e Coletividades que também o utilizam.

Sobre a referência feita de que era o momento da Junta prescindir daquele espaço e passa-lo para a alçada da Câmara Municipal, frisou que esse era um entendimento a ser feito entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, até porque havia que ter em conta as necessidades quer da Câmara Municipal quer da Junta de Freguesia no apoio ao Movimento Associativo sendo várias as Associações que partilhavam aquele espaço.

Passou a informar que a Câmara Municipal já assumiu que irá fazer um investimento naquele espaço, iniciando numa primeira fase pela legalização do solo que terá de passar do domínio público para privado e que irão ser criadas melhores condições, referindo a criação de uma oficina, bem como dotar aquele espaço com outras infraestruturas para apoio ao Movimento Associativo, investimento que a Junta também subscrevia.

Mais disse entender a referência que tinha sido feita sobre a Junta não ter condições quer a nível técnico, quer humano, mas a identidade daquele espaço era da Freguesia, e que mesmo tendo o maior respeito pelo trabalho do Cegada, existiam mais quatro Companhias de Teatro na Freguesia, fator que tinha de ser respeitado pois também poderiam ter necessidade de um auditório para apresentação dos seus trabalhos. Referiu que quer a Câmara Municipal quer a Junta de Freguesia tudo iriam fazer para que o Cegada não fosse prejudicado e relativamente à situação do Edifício agora questionada pelo Ministério da Cultura, no passado nunca foi uma condicionante para o financiamento, tendo agora vindo a levantar várias questões de ordem legal que terão de ser resolvidas, mas levarão o seu tempo até tudo ficar devidamente regularizado.

Terminou dizendo que tinha o maior respeito pelo trabalho que tem vindo a ser feito pelo Cegada, reconhecido não só na Freguesia e no Concelho com também a nível Nacional e que a Junta tudo fará para continuar a apoiar.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou as bancadas no sentido de se aceitar ou não mais intervenções do público, pois havia pedidos para intervenção e que na altura da inscrição não fizeram o respetivo registo.



A eleita Manuela Santos da bancada do PS, usou da palavra dizendo que tendo em conta a antecipação que tinha sido feita relativo ao período para intervenção do público, deviam ser aceites os pedidos pois o público não deveria ficar prejudicado.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou esta situação à consideração das bancadas tendo sido decidido por todos a aceitação das inscrições do Público sem o registo prévio, tendo a Senhora Presidente dado a palavra à Senhora **Teresa Filipe**.

Usou da palavra a Senhora Teresa Filipe, que disse ser habitante em Alverca e vinha em seu nome e em representação de muitos outros habitantes que gostavam muito do trabalho do Cegada e que era importante ter ao pé de casa a possibilidade de assistir a bons espetáculos, o que lamentavelmente tinha deixado de ser possível, pedindo assim que tudo fosse feito para que no mais curto espaço de tempo a situação do Cegada pudesse ficar resolvida.

Usou da palavra o Senhor **Vitor Hugo**, que disse ter um pedido a fazer ao Senhor Presidente da Junta, no sentido de ser colocado um sinal de alerta aos condutores, pois na saída da Rua Senhora da Graça para o acesso à autoestrada, existia uma situação perigosa devido aos veículos que vinham no sentido do Jumbo para aquele acesso, não tinham qualquer informação da existência daquele entroncamento, o que já originara algumas situações problemáticas, podendo vir a acontecer algo mais grave.

Pedia também ao Senhor Presidente da Junta que verificasse o Site, pois no mês de julho tinha sido ofendido por um elemento da Junta e que presentemente essas ofensas continuavam ainda lá para quem as quisesse ler, agradecendo assim que fosse eliminado tudo o que lá tinha sido escrito.

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte do público, a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para intervenção.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e em resposta à Senhora Teresa Filipe e ao anseio que tinha mostrado relativamente à situação do Cegada, disse que esse era claramente o anseio quer da Junta quer da Câmara Municipal, mas que era também um processo burocrático demorado e iria levar o seu tempo.

Mais disse que se estava a tratar de todo o processo de legalização quer do terreno em si, quer do edifício, situações que no passado nunca foram regularizadas legalmente, mas que também até à data nunca tinham sido impedimento para o financiamento do Cegada.

Referiu ainda que quer a Junta quer a Câmara Municipal iam fazer pressão junto de vários organismos a fim de que o Cegada pudesse ser financiado, pois a falta de apoio condicionava a sua ação e o seu trabalho.

Antes de terminar informou que havia a possibilidade também do alargamento daquele espaço e torná-lo assim um espaço de cultura.

Em resposta ao Senhor Vitor Hugo, disse que o mesmo tinha razão sobre o local que referenciara pois não existia qualquer sinalização a indicar aquele entroncamento e que iria analisar essa situação e que talvez a colocação de um sinal de prioridade para uma das vias pudesse ser a solução.

Sobre o site da Junta, informou nada ali poder ser colocado e que a referência que tinha feito era à página do Facebook da Junta, onde qualquer pessoa podia escrever.

Disse já ter estado a verificar e não tinha conseguido identificar a situação que relatara, mas iria voltar a fazê-lo e resolver de vez a situação.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia informou que se iria passar à leitura da ata minuta nº 15, colocando seguidamente a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, dando por encerrada a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Carlof de Pina

A Primeira Secretária

Francisco António Bomcaro

A Segunda Secretária

Maria Fernanda Comenda